

PERPART PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ: 02.534.914/0001-68.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: apresentamos as demonstrações contábeis e as correspondentes notas explicativas referentes ao exercício findo em 31.12.2002. Este exercício foi marcado por grandes avanços, na organização administrativa e, especialmente, na continuidade no trato das pendências originárias das empresas extintas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - EMATER/PE e Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco - COHAB/PE, incorporadas pela PERPART. Destacamos dentre as realizações: negociação e eliminação de volume considerável de processos de indenizações trabalhistas, decorrente do acordo trabalhista efetivado no final do exercício de 2001; elevado número de ajustes e reclassificações contábeis, constantes dos anexos da Resolução de Diretoria de Nº 003/2003; edição da Lei Nº 12.302, de 18 de dezembro de 2002, criando incentivos para regularização dos créditos dos Fundos Estaduais, decorrentes de financiamentos efetuados através do BANDEPE, até os idos de 1995 e do Decreto Nº 24.365, de 31 de maio de 2002 que instituiu um Grupo Executivo de Trabalho, com o objetivo de promover o saneamento das pendências relativas aos loteamentos, Carteira Imobiliária, bens, direitos e obrigações da extinta COHAB/PE, com as atribuições de proceder levantamentos, inventários, regularização, ajustes e reclassificações contábeis e estruturação dos controles internos. Face à complexidade das pendências remanescentes da cadeia sucessória da extinta COHAB/PE, não foi possível ao referido Grupo, por escassez de recursos financeiros e de pessoal, efetivar os levantamentos e ajustes necessários, mas estamos reestruturando a empresa e estaremos perseguindo, no exercício financeiro de 2003, os objetivos traçados pelo referido Decreto, buscando soluções para sanar as pendências, em grande parte, ainda remanescentes, especialmente aquelas decorrentes da extinta COHAB/PE e da administração dos fundos transferida para a PERPART com a privatização do BANDEPE.

Balanco Patrimonial em 31.12.2002 e 2001 - Em Reais		Demonstrações dos Resultados - Em Reais	
(RECLASSIFICADO)		(RECLASSIFICADO)	
	2002		2001
ATIVO			
CIRCULANTE	31.12.02	31.12.01	
Caixa e bancos	148.957	1.306.372	
Valores em trânsito	-	109.994	
Créditos a receber	822.801	13.403.616	
Contas a receber de entidades e agentes	121.325	142.028	
Adiantamentos a empregados	599.543	772.676	
Estoques	36.602	67.278	
Depósitos e cauções judiciais	-	600.197	
Despesas antecipadas	26.643	5.930	
	1.755.871	16.408.091	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos e cauções	3.614.041	2.412.615	
Créditos a receber - carteira imobiliária	524.221.146	544.333.713	
Convênios diversos	1.672.097	1.672.097	
Projetos habitacionais	40.718.186	40.718.186	
Terrenos para edificações	5.699.282	5.699.282	
Créditos a receber	10.550.947	1.164.132	
Provisão para perdas	(10.290.615)	-	
	576.195.084	596.000.025	
PERMANENTE			
Investimentos	14.132.665	4.927.136	
Imobilizado	11.521.897	12.482.158	
Diferido	5.547	6.572	
	25.660.109	17.415.866	
	603.611.064	629.823.982	
ATIVOS			
PASSIVO A DESCOBERTO			
REPRESENTADO POR:			
Patrimônio líquido (negativo)	146.496.482	75.460.896	
TOTAL	750.107.546	705.284.878	
PASSIVO			
	31.12.02	31.12.01	
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	24.498.688	16.118.962	
Provisão de férias	2.114.562	3.663.043	
Salários a pagar	1.414.854	1.320.559	
Consignações	568.585	855.994	
Outras obrigações consignadas	112.111	112.747	
Encargos sociais a recolher	408.471	853.855	
Fornecedores e credores	369.297	3.223.158	
Obrigações tributárias	97.615	92.685	
Obras contas a pagar	678.329	431.680	
Débitos de entidades extintas	-	9.278.052	
	30.262.511	35.950.735	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Obrigações por depósitos	1.525.582	1.525.582	
Empréstimos e financiamentos	577.428.136	577.721.659	
Obrigações fiscais parceladas	34.576.899	16.166.330	
Provisões para contingências	106.314.418	73.920.572	
	719.845.035	669.334.143	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo a descoberto - ativo	-	-	
TOTAL	750.107.546	705.284.878	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS				
	Capital social	Res. de capital	Res. de rev. em ativ. de colig.	Prejs. acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2000	49.370.102	446.920	712.505	(80.524.113)
Ajustes de exercícios anteriores				(7.364.599)
Recursos para aumento de capital	-	1.485.276	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(54.316.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	49.370.102	1.932.196	712.505	(127.475.699)
Ajustes de exercícios anteriores				(1.767.185)
Aumento de capital com reserva	1.485.276	(1.485.276)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(117.473)	117.473
Prejuízo do exercício	-	-	-	(69.268.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	50.855.378	446.920	595.032	(198.393.812)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2002 E DE 2000.

1. CONTEXTO OPERACIONAL A PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. PERPART, é uma companhia fechada de economia mista de capital autorizado, criada pela Lei número 11.314, de 29 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto número 19.243, de 07 de agosto de 1996, com redação dada pelo Decreto número 20.510, de 30 de abril de 1998, Lei Estadual número 11.671, de 27 de setembro de 1999 e Decreto número 21.723, de 27 de setembro de 1999, estando vinculada a Secretaria da Administração e Reforma do Estado de Pernambuco. A Companhia tem como objeto social: **a)** Geração e gestão de recursos para a locação em investimentos públicos no território do Estado de Pernambuco, e a administração dos créditos direitos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista dos quais o Estado de Pernambuco detenha o controle acionário; **b)** Participação no capital de outras sociedades, públicas ou privadas, como sócia ou acionista, bem como promover projetos especiais de interesse do Estado de Pernambuco, por meio da prestação de apoio técnico, econômico-financeiro e de gestão administrativa; **c)** Incrementação e participação de investimentos e empreendimentos produtivos e destinados à geração de empregos e ao fortalecimento da economia do Estado de Pernambuco; e **d)** Prestação de serviços especializados e locação de mão-de-obra.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76, alterada pelos arts. 4º e 5º da Lei nº 9.249/95), consoantes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 3. A fim de atender o art. 180 da Lei Estadual número 7.741, de 23 de outubro de 1978 (Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco), os ativos e os passivos dos fundos especiais administrados pela PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - PERPART, foram registrados em contas específicas e sintéticas de compensação descritas na nota 19.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. 3.1. Apuração dos Resultados - O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício. 3.2. Estoques - Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição. 3.3. Créditos a Receber - Carteira Imobiliária - Os valores estão demonstrados pelo valor total de cessão da carteira imobiliária da extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco - COHAB/PE ao Governo do Estado de Pernambuco, deduzido das transferências do Tesouro Estadual vinculadas à amortização dos empréstimos, originários da extinta companhia incorporada, junto à Caixa Econômica Federal, conforme notas explicativas de números 6 e 13. 3.4. Investimentos - A Companhia possui investimento relevante em sua coligada, **Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco - LAFEPE**, o qual, no exercício social de 2002, foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e no exercício social anterior este investimento foi mantido sem ajuste. Os demais investimentos por não serem relevantes estão registrados pelo custo de aquisição. 3.5. Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos da correção monetária até 31 de dezembro de 1995. (Vide nota explicativa número 12). 3.6. Diferido - É demonstrado pelos gastos pré-operacionais realizados e necessários para a instalação da Companhia. A amortização das despesas diferidas é calculada e apropriada ao resultado dos respectivos exercícios à taxa de 10% ao ano.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 - Continuação

4. CRÉDITOS A RECEBER		2002		2001	
		Circulante	Realizável a longo prazo	Total	Total
(I) Créditos junto a usinas:					
Cia. Usina Buiões	(a)	-	664.429	664.429	664.429
Usina Maravilha S.A	-	-	1.449.985	1.449.985	1.449.985
Usina Bom Jesus S.A	-	-	774.879	774.879	774.879
Usina Barão de Suassuna S.A	-	-	724.973	724.973	724.973
Usina Cruangi S.A	-	-	1.506.062	1.506.062	1.506.062
Usina Pumaty S.A	-	-	2.869.121	2.869.121	2.869.121
Usina Salgado S.A	-	-	1.063.475	1.063.475	1.063.475
	-	-	9.052.924	9.052.924	9.052.924
(II) Outros créditos		822.801	857.943	1.680.744	2.172.455
		822.801	9.910.867	10.733.668	11.225.379
(III) Convênios de entidades extintas					
Imóveis para comercialização	(b)	-	270.332	270.332	270.332
Bônus da Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	504.928
Financiamento do Banco do Brasil	(c)	-	358.686	358.686	358.686
Parcelamento do INSS	-	-	-	-	30.186
COHAB - PE	-	-	-	-	418.385
Outros convênios	-	-	11.062	11.062	1.759.852
	-	-	640.080	640.080	3.342.369
	-	-	10.550.947	11.373.748	14.567.748
	-	-	=====	=====	=====
(a) Estes valores referem-se a confissões de dívidas relativas a execução de garantias pelo Banco Sogeral S.A. contra a PERPART, a qual foi fiadora de operações de créditos entre as referidas usinas e a mencionada instituição financeira, pertinente a adiantamentos de contratos de câmbios por antecipação de exportação de açúcar. A PERPART, através de seus assessores jurídicos externos, está movendo ações judiciais, contra as usinas no sentido de reaver os valores pagos pela PERPART ao Banco Sogeral S.A. Atendendo a recomendação da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, através do Parecer número 12/99 - A, de 26.11.1999, foi suspensa a apropriação das respectivas receitas sobre os valores constantes no contas a receber das usinas. (b) Corresponde ao valor de diversas unidades habitacionais concluídas e disponibilizadas para comercialização pela extinta COHAB - PE. (c) Corresponde a valores cobrados a maior da extinta COHAB em 1998, sobre parcelas do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, administrado pelo Banco do Brasil S.A., cuja recuperação a PERPART está tentando obtê-la.					
5. DEPÓSITOS E CAUÇÕES - ATIVO		2002		2001	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Depósitos (R\$)		-	-	-	-
Rec. trabalhistas (a)	-	3.614.041	591.270	2.207.247	-
Compulsórios	-	-	-	-	205.368
Cauções especiais	-	-	-	8.927	-
	-	3.614.041	600.197	2.412.15	-
	-	=====	=====	=====	=====
(a) Refere-se aos saldos dos depósitos judiciais relativos a diversas causas trabalhistas, que se encontram registrados por seus valores originais.					
6. CONTAS A RECEBER - CARTEIRA IMOBILIÁRIA. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 1999, foi aprovada a cessão da Carteira de Créditos Imobiliários da extinta COHAB - PE, inclusive o respectivo Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, para o Estado de Pernambuco. Em contrapartida, o Governo do Estado de Pernambuco assumiu a responsabilidade pelo pagamento das dívidas da extinta COHAB - PE, junto ao Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal - CEF e outras entidades controladas pela União.					
7. CONVÊNIOS DIVERSOS		2002		2001	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Convênios (R\$)		-	-	-	-
Habitat Brasil - Vila dos Milagres	-	1.367.005	1.367.005	-	-
Habitat Brasil - Curado V	-	254.047	254.047	-	-
Cruzada de Ação Social	-	51.045	51.045	-	-
	-	1.672.097	1.672.097	-	-
	-	=====	=====	=====	=====
Corresponde a saldos de contratos e convênios remanescentes de exercícios anteriores à extinção da COHAB - PE e que se encontram em fase de análise.					
8. PROJETOS HABITACIONAIS - (RS)		2002		2001	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Programa PAIH - Ponte do Maduro	-	2.424.796	2.424.796	-	-
Terrenos com Trabalhos de Urbanização	-	22.066.061	22.066.061	-	-
Programa FICAM	-	6.997.811	6.997.811	-	-
Outros Projetos em Desenvolvimento	-	8.570.417	8.570.417	-	-
Equipamento Comunitários	-	639.101	639.101	-	-
	-	40.718.186	40.718.186	-	-
	-	=====	=====	=====	=====
A conta "Projetos Habitacionais" registrava todos os custos de construção e lançamento dos conjuntos habitacionais apropriados pela extinta COHAB - PE e que se encontra em fase de análise e conciliação.					
9. TERRENOS PARA EDIFICAÇÕES - A extinta COHAB - PE		2002		2001	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
registra nessa rubrica o custo das propriedades adquiridas para construção de imóveis destinados a comercialização, cujo saldo no valor de R\$ 5.699.282 vem desde a incorporação da COHAB-PE, em 31 de outubro de 1999 e se encontra em fase de análise.	-	-	-	-	-
10. PROVISÃO PARA PERDAS - No exercício de 2002 reavaliamos o risco de perdas dos valores registrados na rubrica "Créditos a receber" mencionados na nota explicativa número 4, e constituímos provisão para possíveis perdas, no montante de R\$ 10.280.615.					
11. INVESTIMENTOS		2002		2001	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Participação em coligada (R\$)	(a)	14.122.819	4.829.501	-	-
Outros investimentos	-	27.018	97.635	-	-
Provisão para desvalorização	-	(17.173)	-	-	-
	-	14.132.665	4.927.136	-	-
	-	=====	=====	=====	=====
(a) Corresponde ao contrato número 32.050-18, para financiamento de infra-estrutura do projeto denominado de "Ponte do Maduro", em amortização, com vencimento final para janeiro de 2017, corrigido com base na variação da Unidade Padrão Fiscal - UPC da Caixa Econômica Federal, com incidência de juros de 5.5% ao ano.					
(b) Corresponde a financiamento de uma operação de renegociação de dívidas em atraso, originário da extinta COHAB/PE, regulamentada pela Lei número 8.727/93, com contrato celebrado através do Banco do Brasil S.A., em fase de amortização, com vencimento final para dezembro de 2013, corrigido com base na variação da Taxa Referencial - TR, com incidência de juros de 1.94% ao ano.					
14. ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		2002		2001	
		Circulante	Longo prazo	(RECLASSIFICADO) Circulante	Longo Prazo
Obrigações sociais		-	-	-	-
* Encargos sociais	-	-	-	24.475	-
* Salário educação	-	-	-	37.471	-
* INSS empregador	-	-	-	410.042	-
* INSS parcelado	-	-	-	51.605	-
* FGTS parcelamento	(a)	201.880	3.157.756	202.663	3.052.921
* FGTS	-	206.591	-	127.599	-
	-	408.471	3.157.756	853.854	3.052.921
Obrigações tributárias		-	-	-	-
* COFINS	-	7.300	-	6.813	-
* PIS/PASEP	-	1.582	-	1.476	-
* REFIS-INSS	(b)	41.996	31.407.216	43.126	13.051.504
* IR/CSLL - parcelado	-	46.737	11.927	41.270	61.905
	-	97.615	31.419.143	92.685	13.113.409
	-	506.086	34.576.899	946.539	16.166.330
	-	=====	=====	=====	=====
(a) Parcelamento de débito com o FGTS, realizado em novembro de 2000, referente obrigações originárias da extinta EMATER/PE.					
(b) Em 29 de novembro de 2002, a PERPART ingressou no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Esse programa visa a regularização de créditos da União, decorrente de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos no período de setembro de 1994 até fevereiro de 2000.					

PERPART PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CONTINUAÇÃO

CNPJ: 02.534.914/0001-68.



15. DÉBITOS DE ENTIDADES EXTINTAS - No exercício de 2001 o saldo de R\$ 9.278.052, correspondia principalmente a: - Provisões para indenizações trabalhistas no valor de R\$ 8.307.511, que no exercício de 2002 foram reclassificadas para o Passivo Exigível a Longo Prazo (nota 17-b); e - Recursos de convênios a aplicar no valor de R\$ 714.041, que correspondia a convênios firmados pela extinta EMATER/PE com diversas entidades e que no decorrer do exercício de 2002 foram regularizados.

16. OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS

Convênio (R\$)	2002	2001
Habitat Brasil - Vila dos Milagres	1.288.547	1.288.547
Habitat Brasil - Curado V	112.507	112.507
Cruzada de Ação Social	100.000	100.000
FIDEM - Decreto Estadual nº 18.971	24.528	24.528
	1.525.582	1.525.582
	=====	=====

Vide nota explicativa n.º 7

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Provisões para contingências (R\$)	2002	2001
Cíveis (a)	79.314.418	69.568.753
Trabalhistas (b)	15.000.000	4.351.819
Fiscais (c)	12.000.000	-
	106.314.418	73.920.572
	=====	=====

(a) Corresponde a 21 processos judiciais que têm como ré constituída principalmente as extintas COHAB - PE e EMOPER. (b) Esse saldo corresponde à estimativa da obrigação junto aos ex-funcionários das extintas COHAB - PE e EMATER - PE, referente a processos de causas trabalhistas daqueles trabalhadores que decidiram não aderir ao Acordo Judicial ocorrido em novembro de 2001. (c) Corresponde ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2002 dos autos de infrações lavrados pela Receita Federal nos exercícios de 2000 a 2002, decorrentes da realização a menor do lucro inflacionário, da extinta COHAB-PE, nos exercícios dos anos calendários de 1995 e 1997. Estes autos de infrações estão sendo questionados judicialmente pela PERPART.

18. CAPITAL SOCIAL - O capital autorizado é de R\$ 500.000.000, representado por 500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e o seu capital integralizado é de R\$ 50.855.378, representado por 43.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2002 (R\$ 49.370.102, e representado por 42.067 ações ordinárias nominativas, sem valor

nominal, em 31 de dezembro de 2001).

19. FUNDOS ESPECIAIS - De acordo com a legislação estadual específica, a PERPART administra diversos Fundos Especiais, cujos balanços não foram auditados por auditores independentes. A seguir relacionamos estes fundos com os seus respectivos valores do patrimônio líquido:

Fundos (R\$)	2002	2001
PRODEPE	7.916.481	2.603.084
FUPES - PE	11.679.972	4.466.624
FEMICO	168.817	271.238
FUNRIS	2.035	600
FDS	118.154	118.207
FIC	1.006.078	478.646
FUNAVAI	1.994.476	1.415.274

20. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO - O prejuízo do exercício de 2002, no valor de R\$ 69.268.401 decorreu principalmente dos seguintes registros contábeis: I. Constituição da provisão para possíveis perdas com créditos oriundos de valores a receber (nota 4), principalmente, de entidade da iniciativa privada, no valor de R\$ 10.280.615 (despesas administrativas); II. Reajuste das provisões para contingências de ações cíveis (R\$ 9.745.665) e para contingências trabalhistas (R\$ 10.648.181) - (despesas administrativas); III. Constituição de provisão para contingências fiscais no valor de R\$ 12.000.000 (despesas administrativas); e IV. Atualização de passivos, despesas financeiras no valor de R\$ 14.366.697 e variações monetárias passivas no valor de R\$ 27.008.906 (despesas financeiras).

Recife (PE), 15 de Abril de 2003.

DIRETORIA

Living Tavares Neto - Diretor Presidente
Edilson Gouveia de Sá Barreto - Dir. Financeiro e de Investimentos
Carlos Anselmo Paulino - Dir. Administração Geral
Maria Djanira dos Santos - Contadora CRC-PE 7499/0.

CONSELHO FISCAL

Marisa Carneiro da Silva - Presidente
Paulo Geraldo Cintra
Adalberto Francisco Cabral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Eliseu Costa Romão - Presidente
José Arlindo Soares
Mozart de Siqueira Campos Araújo
Luiz Gonzaga Leite Perazzo
Alexandre de Araújo Albuquerque

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART, Recife - PE. 1. Examinamos o balanço patrimonial da PERPART, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Exceto quanto aos fatos mencionados nos parágrafos terceiro e quarto, os nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos valores, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da PERPART; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas contábeis e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da PERPART, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Conforme mencionado nas Notas Explicativas de números 4(II), 7, 8, 9 e 12, a PERPART, possui créditos provenientes da extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco - COHAB - PE (R\$ 640.080), créditos de convênios diversos (R\$ 1.672.097), de projetos habitacionais (R\$ 40.718.186) e de terrenos para edificações (R\$ 5.699.282), apresentados no ativo realizável a longo prazo, que não foram identificados suas composições, analisadas a existência e a possibilidade de realização, com reflexo no patrimônio líquido. 4. Conforme mencionado na Nota Explicativa número 16, a PERPART, possui débitos correspondentes a recursos da União aplicados em diversos convênios firmados pela extinta COHAB/PE, para realização de projetos habitacionais que não foram identificadas as suas composições e encontram-se pendentes de prestações de contas, com reflexo no patrimônio líquido. 5. Devido aos efeitos relevantes dos fatos mencionados nos parágrafos terceiro e quarto anteriores, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro estão afetadas significativamente. Entretanto, em nossa opinião, as demais contas patrimoniais e de resultado não relacionadas com os fatos mencionados nos parágrafos terceiro e quarto anteriores, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da PERPART em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas emanadas da legislação societária brasileira, que não prevêem os efeitos inflacionários requeridos pelos princípios fundamentais de contabilidade aplicados no Brasil, conforme mencionado na Nota Explicativa número 2. 6. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer com ressalva, datado de 31 de março de 2002, em função da deficiência dos controles internos mantidos pela administração da PERPART sobre os saldos das contas provenientes das incorporações das extintas COHAB - PE e EMATER - PE. 7. Conforme mencionado na Nota Explicativa número 11, o investimento relevante da PERPART, na companhia coligada Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco S.A. - LAFEPE foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2002. Por falta de informações tempestivas das demonstrações contábeis, por parte da companhia investida, em 2001 a PERPART deixou de efetuar a equivalência patrimonial, o que distorceu o respectivo resultado e o patrimônio líquido da Companhia, no valor de R\$ 4.209.028, no exercício de 2001, que serve de comparação com o exercício de 2002. 8. As demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo primeiro apresentam prejuízos operacionais, os passivos circulante e exigível a longo prazo excedem os ativos circulante e realizável a longo prazo resultando em patrimônio líquido negativo. A PERPART preparou as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira que se aplicam as companhias operando em regime de continuidade normal. Como consequência, essas demonstrações contábeis não incluem ajustes que poderiam ser necessários, considerando que a PERPART tivesse que realizar seus ativos e liquidar seus passivos, inclusive obrigações contingentes e demais compromissos, caso não pudesse continuar com suas operações normais. Os recursos necessários para manter a companhia em regime operacional continuarão sendo aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco em função de contrato firmado. Recife, 25 de março de 2003.

Moore Stephens Miranda Medeiros - Auditores Independentes - CRC/PE 390

Marcelo Sávio da Silveira Alves - Contador CRC/PE 11.540

(F)

ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO DO RECIFE
CNPJ(MF) 11.027.562/0001-45
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2002 e as respectivas Demonstrações Contábeis nas formas da legislação vigente. A Associação São Vicente de Paulo do Recife, fundada em 30/05/1972, tem por fim promover iniciativas de caráter beneficente, educativo, cultural, de saúde e de assistência social, no vasto campo da caridade cristã, através dos órgãos que incorpora, podendo ampliá-los e fundar outros de natureza idêntica ou similar, sempre com a finalidade de alcançar a ascensão do nível das diferentes classes sociais. No exercício de 2002, a Receita Total atingiu R\$ 1.038.227,70. Parte deste total foi destinado ao atendimento de Obras Sociais e ao atendimento gratuito a pessoas carentes, representando um investimento social da ordem de R\$ 1.090.896,50 conforme definido em lei.

Recife, 09 de abril de 2003.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Em Reais)

Exercícios Finais em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Em Reais)

ATIVO			PASSIVO		
	2002	2001		2002	2001
Circulante			Circulante		
Caixa e Bancos	38.792,90	46.922,03	Obrigações Fiscais	230,68	229,58
Aplicações Financeiras	443.766,27	517.074,89	Obrigações Tributárias	972,01	229,45
	482.559,17	563.996,92	Outras Obrigações	26.831,58	4.955,62
Realizável a Longo Prazo				28.034,27	5.414,65
Empréstimo Compulsório	-	0,01	Patrimônio Líquido		
		0,01	Patrimônio Social	2.357.942,31	2.658.997,91
Permanente			Superávit/(Déficit) do Exercício	(131.876,45)	(375.619,03)
Imobilizado em Uso	1.771.540,96	1.724.796,60		2.226.065,86	2.283.378,88
	1.771.540,96	1.724.796,60			
Total do Ativo	2.254.100,13	2.288.793,53	Total do Passivo	2.254.100,13	2.288.793,53
CONTAS EXTRA-PATRIMONIAIS			CONTAS EXTRA-PATRIMONIAIS		
COMPENSAÇÃO			COMPENSAÇÃO		
Isenções Usufruidas	-	65.317,14	Isenções Usufruidas	-	65.317,14
		65.317,14			65.317,14
Total Geral do Ativo	2.254.100,13	2.354.110,67	Total Geral do Passivo	2.254.100,13	2.354.110,67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2002

1- Contexto Operacional - A Associação São Vicente de Paulo do Recife é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pela legislação civil brasileira, tem por fim promover iniciativas de caráter beneficente, educativo, cultural, de saúde e de assistência social, no vasto campo da caridade cristã, através dos órgãos que incorpora, podendo ampliá-los e fundar outros de natureza idêntica ou similar, sempre com a finalidade de alcançar a ascensão do nível das diferentes classes sociais. **2- Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei nº 6.404/76 e demais disposições complementares, sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. **3- Principais Diretrizes Contábeis** - a) **Aplicações Financeiras** - Estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescidas dos rendimentos correspondentes quando incorridos, apropriados até a data do balanço; b) **Imobilizado em Uso** - É demonstrado ao custo de aquisição, visto que a entidade não procedeu as devidas Correções Monetárias e depreciações; c) **Despesas** - As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais; d) **Receitas** - As Receitas da entidade são apropriadas através dos comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, recibos e outros; e) Os valores aplicados em **Assistências Sociais** foram contabilizados nas subcontas: Contribuições Assistenciais e Custos Despendidos com Trabalhos Sociais Gratuitos. **4 - Passivo Circulante** - Obrigações Gerais - São registradas por valores históricos contraídos e vencíveis a Curto Prazo e atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente. **5- Patrimônio Líquido** - Compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores do Superávit e diminuídos do Déficit, ocorridos. **6- Doações** - a) **Em dinheiro** - No exercício de 2002, a Entidade recebeu em doações R\$ 727.665,27 de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas em Receitas Complementares. b) **Subvenções** - No exercício de 2002 a Entidade recebeu Subvenções Municipais no Valor de R\$ 42.840,00; 7 - **Contas de Compensação** - Estas Contas Extras Patrimoniais, as quais não tem influência direta no Patrimônio da Entidade. **Nota 07** - Isenções Usufruidas - como se devido fosse, gozadas no exercício de 2002, e de conformidade com o § 3º do Art.209 do decreto 3.048/99 e Resolução do CFC nº 929 de 19/12/2001 são: I) Inciso I do Art. 22 Lei 8.212/91 R\$ 39.757,21 II) Inciso I do Art. 22 Lei 8.212/91 R\$ 29.861,63 III) Inciso II Art. 23 Lei 8.212/91 R\$ 8.613,52 - Contabilizadas no grupo de resultado VALORES DAS - ISENÇÕES USUFRUIDAS. **8 - GRATUIDADES** - O investimento social durante o Exercício de 2002, representa um total da ordem de R\$ 1.090.896,50.

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (Em Reais)

	Patrimônio		Superávit/(Déficit)
	Social	Exercício	Total
Saldo em 31/12/2000	2.651.772,34	(10.875,99)	2.640.896,35
Aumento do Pat. Social	(10.875,99)	10.875,99	-
Superávit do Exercício	-	(357.517,48)	(357.517,48)
Saldo em 31/12/2001	2.640.896,35	(357.517,48)	2.283.378,87
Decréscimo do Pat. Social	(357.517,48)	357.517,48	-
Ajustes de Exer. Anteriores	74.563,44	-	74.563,44
Déficit do Exercício	-	(131.876,45)	(131.876,45)
Saldo em 31/12/2002	2.357.942,31	(131.876,45)	2.226.065,86

10 - Imobilizado Líquido:

	2002	2001
Terrenos	641.752,62	641.752,62
Edificações	670.776,05	273.433,62
Instalações	2.997,99	2.997,99
Veículos	227.284,64	205.284,64
Mov. Utensílios	136.715,19	133.245,19
Maq. Equipamentos	60.373,52	60.227,93
Equip. Informática	31.190,95	30.512,18
Obras em Andamento	0,00	377.342,43

M^{re} José Dantas Coutinho
Diretora-Presidente
CPF 113.269.304-78
Arlindo Adelaide dos Santos
Téc. Contábil CRC 9605/PE
CPF 198.176.574-34

(AD)

ÓRGÃO OU ENTIDADE: EMPRESA DE FOMENTO DA INFORMÁTICA DO ESTADO DE PE	
F I S E P E	
	Mar/2003
Receitas	4.444.873,83
Correntes	4.444.873,83
Receitas Próprias	4.444.873,83
Transferências	0,00
Do Estado	0,00
Outras Transferências	
Capital	
Receitas Próprias	
Transferências	
Do Estado	
Outras Transferências	
Despesas	3.573.902,51
Correntes	3.396.027,21
Pessoal	2.640.015,63
Aposentadoria	
Outros Benefício Assist. Previdenciárias	
Contratação por tempo determinado	
Vencimentos e vantagens fixas	1.893.433,21
Salário família	
Obrigações Patronal IPSEP	
Outras obrigações patronais	598.096,03
Outras despesas variáveis	
Sentenças Judiciais	
Despesas de Exercícios Anteriores	
Indenizações Trabalhistas	5.934,82
Incentivo à Demissão voluntária	
Outras despesas de Pessoal	142.551,57
Outras Despesas Correntes	756.011,58
Capital	177.875,30
Informações Complementares	
Contribuição Previdenciária dos Servidores	97.818,10
Prestação de Serviços pela FISEPE	4.725.011,26
OBS.: DADOS DEFINITIVOS	

GERALDO RODRIGUES DE MENEZES
TEC. CONTÁBIL Nº 7.937 CRC/PE.

(F)

Leia o
Diário Oficial
online
www.cepe.com.br